



PREFEITURA MUNICIPAL DAS VERTENTES
Estado de Pernambuco

Decreto Municipal n.º 27, de 01 de Setembro de 2022.

Ementa: "Fixa o valor mínimo para ajuizamento de ação de execução fiscal de natureza tributária, objetivando a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Municipal, autoriza a desistência de execuções fiscais e dá outras providências."

O Prefeito do Município de Vertentes, Estado de Pernambuco, no uso das competências que lhes são atribuídas pelas Cartas Magnas Federal, Estadual e e Lei Orgânica Municipal;

Considerando a Resolução TC nº 119, de 16 de dezembro de 2020, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, o presente projeto fixa um valor mínimo para ajuizamento de ação de execução fiscal de natureza tributária, objetivando a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo da continuidade da cobrança administrativa dos débitos que não superem tal limite pelo Poder Público Municipal, uma vez que, nestes casos, os custos para movimentação da máquina administrativa e do próprio Poder Judiciário, mediante processo judicial, acabam superando o próprio valor do crédito a receber.

Considerando a necessidade de regular a possibilidade da Fazenda Pública Municipal desistir de execuções fiscais em curso, cujo valor do débito consolidado não exceda o limite mínimo fixado no artigo 1º, Decreto deste Municipal, observado as condições e demais requisitos elencados nos artigos 2º e 3º deste Normativo, sem renúncia ao crédito, que continuará sendo cobrado administrativamente pelo Fisco, segundo as disposições da legislação pertinente, em decorrência do mesmo motivo elencado no parágrafo anterior, ou seja, os custos para manutenção da ação executiva fiscal, nestes casos, suplantam o próprio valor do crédito.

Considerando que este normativo se revela importante e necessário, uma vez que permitirá que a Fazenda Pública Municipal desista daquelas execuções fiscais que se enquadrem em alguma das condições elencadas pelos artigos 2º e 3º,



PREFEITURA MUNICIPAL DAS VERTENTES
Estado de Pernambuco

cujos custos e demais despesas com a manutenção do processo judicial superem o próprio crédito perseguido em nítido respeito às contas públicas.

Considerando que os gestores devem promover medidas que visem proteger o erário, embasado nos princípios da estrita legalidade, economia, celeridade e eficiência que regem os atos da Administração Pública;

Decreta:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) o valor do débito consolidado, de natureza tributária, mínimo para ajuizamento de ação de execução fiscal objetivando a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Municipal.

§ 1º O valor consolidado a que se refere o *caput* deste artigo é o resultado da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais, vencidos até a data da apuração.

§ 2º Na hipótese de existência de vários débitos da mesma natureza de um mesmo devedor, inferiores ao limite fixado no *caput* deste artigo, que consolidados por identificação de inscrição cadastral na dívida ativa superarem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal.

§ 3º O limite estabelecido no *caput* deste artigo não se aplica:

I - aos casos tipificados como crime contra a ordem tributária consoante previsão em lei específica;

II - demais casos em que a Procuradoria do Município entender motivadamente necessário o ajuizamento;

III - quando se tratar de débitos provenientes de termo de confissão e reconhecimento de dívida, realizados em acordo judicial ou extrajudicial.

Art. 2º Fica o Município de Vertentes autorizado a desistir das execuções fiscais em curso, sem a renúncia dos respectivos créditos, cujo valor do débito consolidado não exceda o limite mínimo fixado no artigo 1º, deste Decreto, desde que não

Rua Dr. Emídio Cavalcanti, nº 97 — Centro — Vertentes - PE

CEP: 55.770-000 - FONE: 81.3734-1109 - CNPJ: 10.296.887/0001-60



PREFEITURA MUNICIPAL DAS VERTENTES
Estado de Pernambuco

haja incidência de causa de suspensão de exigibilidade do crédito em execução, os meios economicamente viáveis de busca de bens passíveis de penhora tenham-se esgotados ou o executado não tenha sido encontrado.

§ 1º O valor consolidado a que se refere o *caput* deste artigo é o resultado da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e os acréscimos legais, vencidos até a data da efetiva desistência do processo de execução fiscal.

§ 2º Excluem-se das disposições do *caput*:

I - os débitos cujas execuções fiscais estejam suspensas em virtude de parcelamento em curso;

II - os débitos objeto de execuções fiscais embargadas ou impugnadas por qualquer outro meio judicial, salvo se o executado renunciar e desistir de tais medidas, manifestando em juízo sua concordância com a extinção do feito sem quaisquer ônus para o Município;

III - os débitos objeto de decisões judiciais já transitadas em julgado;

IV - os débitos de um mesmo devedor que responda por diversas ações, cuja soma do débito consolidado na forma do § 1º, deste artigo, ultrapasse o limite mínimo previsto no artigo 1º, deste Decreto.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica enquanto houver importâncias em dinheiro penhoradas e depositadas em juízo, que, primeiramente, deverão ser levantadas para pagamento ou abatimento dos débitos existentes para posterior análise da possibilidade da desistência da ação, observadas as disposições estabelecidas neste artigo.

Art. 3º O Município de Vertentes fica autorizado, ainda, a desistir das execuções fiscais nos seguintes casos:

I - quando a ação estiver sobrestada, com base no art. 40 da Lei Federal n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980, há mais de 5 (cinco) anos;

II - quando se tratar de execução fiscal movida exclusivamente contra massa falida em que não foram encontrados bens no processo falimentar ou na



PREFEITURA MUNICIPAL DAS VERTENTES
Estado de Pernambuco

hipótese de serem os bens arrecadados insuficientes para as despesas do processo ou para a satisfação dos créditos que preferem aos da Fazenda Pública Municipal, sem prejuízo de ajuizamento de ação própria contra o responsável tributário, se constatada a existência de indícios de crime falimentar nos autos de falência;

III - quando tenha havido redirecionamento por responsabilidade tributária, nos casos de falecimento dos responsabilizados sem que haja sido localizado bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais, desde que inviabilizado o prosseguimento contra o devedor principal;

IV - quando for comprovado o falecimento do executado, no caso de dívida em nome próprio ou de firma individual, sem que tenham sido localizados bens passíveis de penhora, esgotadas as buscas pelos meios administrativos e judiciais e caso não haja amparo legal para redirecionar a execução contra terceira pessoa;

V - nos processos movidos contra pessoas jurídicas dissolvidas, em que não encontrados bens os quais possam recair a penhora ou o arresto, desde que a responsabilização pessoal dos respectivos sócios e/ou administradores seja juridicamente inviável ou tenha sido indeferida por decisão judicial irrecurável, bem como que tenha se revelado ineficaz, por não terem sido encontrados bens penhoráveis.

Art. 4º A adoção das medidas previstas nos artigos 1º, 2º e 3º, deste Decreto, não implica na extinção do débito, que continuará sendo cobrado administrativamente pelo poder público municipal, observando-se as disposições da legislação pertinente, não afasta a incidência de atualização monetária, multa, juros de mora e demais encargos e consectários previstos em Lei ou em ajuste contratual, não obsta a exigência de prova da quitação para com a Fazenda Pública Municipal, quando previstas legalmente, e nem autoriza a emissão de Certidão Negativa de Débito.

Art. 5º O disposto neste decreto não autoriza a restituição ou compensação, no todo ou em parte, de quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 6º As custas judiciais permanecem a cargo do executado, facultando ao Poder Judiciário e à Fazenda Pública Estadual promoverem a cobrança



PREFEITURA MUNICIPAL DAS VERTENTES
Estado de Pernambuco

respectiva, nos termos da legislação aplicável, em face do devedor.

Art. 7º A Secretaria Municipal de Finanças, pelo setor de tributação, adotará administrativamente todas medidas possíveis e cabíveis para realizar a atualização do cadastro dos contribuintes municipais, de modo a celebrar convênios, acordos e/ou termos de cooperação com outros órgãos públicos que detém acesso a banco de dados cadastrais.

Art. 8º O chefe do Poder Executivo Municipal expedirá instruções complementares ao disposto neste decreto, quando necessárias, inclusive quanto à implementação de programas administrativos específicos para a cobrança dos débitos não sujeitos ao ajuizamento das execuções fiscais.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Vertentes/PE, 1º de Setembro de 2022.

ROMERO LEAL Assinado de forma
digital por ROMERO
FERREIRA:145 LEAL
64289420 FERREIRA:145642894
20

ROMERO LEAL FERREIRA

PREFEITO